

A FUNÇÃO DESEMPENHADA PELA CONCLUSÃO DO ENSINO MÉDIO NA SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO DE TRABALHADORES PARA A INDÚSTRIA

The role of high school graduation in the selection and hiring of workers for the industry

SUHR, Inge Renate Frose¹

RESUMO

Este texto trata da função desempenhada pelo Ensino Médio na formação dos trabalhadores, tendo em vista sua inserção no mundo do trabalho. Toma por referência teórica e metodológica o materialismo histórico e se apoia num estudo de caso realizado em duas empresas que se situam na ponta mais dinâmica da cadeia produtiva no ramo de fabricação de veículos automotores de Curitiba e região metropolitana. A questão que norteou a pesquisa foi: a conclusão do Ensino Médio tem favorecido a inserção do trabalhador nas indústrias que se encontram na ponta mais dinâmica da cadeia produtiva? Após analisar o tipo de trabalho executado na linha de produção, bem como os critérios de seleção e contratação de trabalhadores, evidenciou-se que o Ensino Médio é um requisito relevante para o ingresso nas empresas mais dinâmicas da cadeia, mas não o fator decisivo, que é a experiência. A exigência de conclusão do Ensino Médio se dá, principalmente, como ponto de corte nos processos seletivos e pela expectativa de possibilitar ao trabalhador condições para participar dos treinamentos internos.

Palavras chave: Ensino Médio. Inserção no trabalho. Trabalho e educação.

ABSTRACT

This paper deals with the role that high school education plays in the formation of workers, in view of its integration into the working world. Take a theoretical and methodological reference of historical materialism in parallel to the case study done with two companies that are in the most dynamic end of the production chain in the manufacturing sector of automotive vehicles of Curitiba and Greater Region. The question that guided the research was: the completion of high school has favored worker insertion in industries that are in the most dynamic end of the production chain? After analyzing the type of work performed in the production line, as well as the criteria for selecting and hiring workers, it was evident that high school is mediate requirement, not immediately, for entering the most dynamic companies in the chain, where the experience is decisive; high school general education, in these companies, is the cutoff point in the selection process.

Keywords: High school. Work insertion. Work and education.

¹ Doutora e Mestre em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Graduada em Pedagogia pela mesma instituição, é Professora do curso de Pedagogia no Instituto Federal Catarinense – Campus Blumenau. E-mail: <ingesuhr2011@gmail.com>.

INTRODUÇÃO

Este texto objetiva apresentar as conclusões de uma pesquisa realizada no período compreendido entre 2011 e 2014 sobre a função desempenhada pela conclusão do Ensino Médio – etapa final da Educação Básica – na inserção do trabalhador no setor secundário da economia.

Levamos em conta no decorrer da pesquisa que, sob a produção flexível, as cadeias produtivas demandam a combinação entre trabalhos desiguais e diferenciados (KUENZER, 2007), com o objetivo de manter a produtividade. Assim, há demandas diferenciadas e desiguais de formação do trabalhador e, de certo modo, dentro da lógica da inclusão subordinada aos interesses do capital (OLIVEIRA, 2004), há espaço para todos, embora alguns em posições centrais e outros em níveis crescentes de precarização.

Instituições como a Confederação Nacional das Indústrias (CNI), representante do empresariado, defendem a ampliação da escolaridade como potencializadora da empregabilidade e, portanto, de condições melhores de vida para o trabalhador. Segundo Melo (2010), em tal concepção, a conclusão da Educação Básica por parte do trabalhador seria pré-requisito para a elevação da produtividade nas indústrias e para o desenvolvimento da nação num momento histórico, no qual se verifica um alto nível de ciência e tecnologia embutido nos processos produtivos e a competitividade em nível internacional precisaria ser buscada pela economia brasileira. Tendo em vista que os processos produtivos mais complexos, mais eivados de ciência e tecnologia, tendem a se concentrar na ponta mais dinâmica das cadeias produtivas, partimos da hipótese que essas empresas exigiriam mais qualificação dos trabalhadores.

Na mesma direção, lemos em Kuenzer (2000, p. 16) que o empresariado tem defendido a necessidade de níveis mais elevados de formação da força de trabalho, a partir do discurso segundo o qual a produção estaria a exigir “a articulação entre conhecimentos, atitudes e comportamentos, com ênfase nas habilidades cognitivas, comunicativas e criativas”. Ainda nessa direção, trazemos Invernizzi (2004), para quem a exigência do domínio de conhecimentos realmente se amplia na organização flexível quando comparada ao taylorismo-fordismo e o conhecimento tácito é redimensionado, representando a interação entre conhecimento adquirido formalmente e na prática e seu uso em situações não prescritas.

Os estudos dos autores acima citados indicam também que a defesa da ampliação da escolaridade pelo empresariado não se coloca na direção do desenvolvimento de todas as potencialidades humanas, mas, sim, configura-se como “formação alienada e subordinada da classe trabalhadora aos interesses do capital, adaptada ao período atual de crise concorrencial” (MELO, 2010, p. 10).

A escolha da indústria como *locus* de pesquisa se justifica, por um lado, a partir das reflexões dos autores acima citados; por outro, busca aprofundar a compreensão da pesquisadora acerca da função desempenhada pelo Ensino Médio na formação do trabalhador, realizada no período compreendido entre 2002 e 2004. À época, constatou-se que a conclusão do Ensino Médio estava se configurando como mínimo exigido para participação nos processos seletivos para o emprego formal, mas que os egressos desse nível de ensino conseguiam colocação principalmente

no setor terciário e em funções de baixo conteúdo intelectual, para as quais bastava o treinamento no próprio posto de trabalho.

Naquele momento, foi levantada a hipótese de que a base científico-tecnológica – em tese oferecida pela conclusão do Ensino Médio – poderia ser mais requerida para trabalho na indústria, cujos processos implicariam em mais aporte de ciência e tecnologia.

Por isso, a pesquisa que ora relatamos foi realizada em duas empresas do setor metalmeccânico da ponta da cadeia produtiva, localizadas em Curitiba e região metropolitana. Adotou-se como metodologia de pesquisa o estudo de caso e como referencial teórico o materialismo histórico, para o qual a realidade é objetiva, síntese de múltiplas determinações que não se dão a conhecer num primeiro olhar. Dito de outro modo, conforme Lukács (2010), a realidade é um todo coerente, todos os seus elementos estão em relação entre si, embora de maneiras diversas. Portanto, todo objeto de pesquisa é apenas uma faceta do real, não pode ser compreendido apenas pela sua expressão fenomênica. Kosik (1976) nos ensina que é preciso se afastar da percepção inicial sobre o objeto, buscando a mediação teórica para ascender a níveis mais profundos de compreensão das relações fundamentais entre a parte analisada e a totalidade. A compreensão dessas relações, ou seja, das múltiplas determinações do fenômeno em questão, é que nos permite compreendê-lo de maneira mais orgânica, mas sempre nos limites possíveis para cada época histórica. Todo conhecimento é, portanto, situado e limitado.

Por isso, à medida que foi realizada a coleta de dados nas empresas pesquisadas, foi se aprofundando também o referencial teórico que embasa as conclusões que apresentaremos a seguir. No período compreendido entre 2011 e 2014, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os gestores do setor de recursos humanos de cada empresa, além de 24 trabalhadores da linha de produção, sendo 12 de cada uma. A decisão de analisar a relação entre a conclusão do Ensino Médio e a inserção dos trabalhadores do *chão de fábrica* se baseia no fato de as vagas para outros cargos exigirem níveis mais avançados de formação – cursos profissionalizantes específicos ou conclusão do Ensino Superior – nas duas empresas pesquisadas.

Optamos, na organização do texto, por apresentar de maneira integrada os dados coletados e o referencial teórico que nos permitiu as interpretações e conclusões ora apresentadas. Inicialmente relataremos, segundo o olhar dos entrevistados, as características do trabalho na linha de produção, para, a seguir, expor quais são os critérios de seleção dos candidatos a esse trabalho. Na sequência, abordaremos as expectativas em relação à escola no que se refere a conhecimentos e disciplinamento, para finalmente apresentar algumas reflexões sobre o papel do Ensino Médio na formação da classe que vive do trabalho.

CARACTERÍSTICAS DO TRABALHO REALIZADO NA LINHA DE PRODUÇÃO

Como o objetivo da pesquisa ora relatada foi refletir sobre o a função da conclusão do Ensino Médio na inserção do trabalhador na indústria e as vagas abertas para tal nível de formação se localizam na linha de produção, buscou-se compreender como é o dia a dia dos operários nas empresas pesquisadas.

Os dados coletados evidenciam que, no nível da linha de produção, há uma profícua união de aspectos advindos do taylorismo-fordismo (no que se refere à realização do trabalho) com outros da produção flexível (no que alude à gestão do trabalho). O trabalho na linha é descrito por todos os entrevistados como sendo simples, repetitivo, pouco exigente, de base psicofísica, facilmente aprendido na prática, o que demonstra a permanência de características do taylorismo-fordismo no que tange aos aspectos técnicos do trabalho.

Ainda que nos aspectos relativos à gestão do trabalho sejam visíveis elementos da organização pós-fordista de produção, a complexificação do trabalho, que segundo o senso comum estaria se configurando na atualidade, não se apresenta na linha de produção das empresas pesquisadas. Dito de outro modo, não é o ser humano, e sim as máquinas, que – ao nível da produção – desempenham os trabalhos mais complexos. O trabalho realizado pelos operadores da linha de produção dessas empresas é o trabalho simples. Vários são os relatos dos entrevistados no sentido de apontar que em outros setores da empresa há trabalhos mais complexos, que exigem constante atualização de quem os executa, mas todos afirmam que tal realidade não cabe para a linha de produção.

Numa das empresas pesquisadas, há insistentes referências dos operários ao ritmo muito acelerado de trabalho e, em ambas, à simplicidade das operações realizadas, demonstrando a subsunção do trabalho ao ritmo das máquinas e equipamentos. Configura-se, portanto, a incorporação de ciência e tecnologia nas máquinas, desqualificando o trabalho humano, conforme descrito por Braverman (1987). Embora não seja novidade – é necessidade do capitalismo –, o investimento em tecnologia tende a ser cada vez maior na economia globalizada, ampliando a extração da mais-valia relativa (uso intensivo de tecnologia). Além disso, as máquinas comandam o ritmo da produção e, portanto, do trabalho humano, causando sua intensificação, ampliando também a extração da mais-valia absoluta (extensão da jornada de trabalho).

Vale ressaltar que, embora sejam perceptíveis traços do taylorismo-fordismo na execução do trabalho (repetição mecânica da mesma tarefa infinitas vezes ao dia), cada operador precisa ser capaz de atuar em mais de um posto, de perceber possíveis problemas na linha e sugerir soluções, além de ser capaz de trabalhar em equipe.

Essas exigências, típicas da produção pós-taylorista, podem, num primeiro olhar, dar a impressão de favorecer uma compreensão mais ampliada do processo produtivo, mas não há indicativos de que seja essa a realidade. A polivalência esperada do operário nas empresas pesquisadas implica, basicamente, em ampliação de tarefas, não propiciando a superação da fragmentação do trabalho (dado que ela é característica do capitalismo) nem a autonomia do trabalhador. Está mais próxima, portanto, da forma de polivalência descrita por Invernizzi (2004) como mera ampliação de tarefas, quebrando a relação homem/máquina típica do taylorismo-fordismo.

Desse modo, se por um lado se amplia a extração da mais-valia relativa – pela incorporação de ciência e tecnologia nos equipamentos –, por outro a polivalência contribui para ampliação da mais-valia absoluta – ao intensificar a carga de trabalho humano.

É importante citar que, contraditoriamente, a ampliação de papéis do trabalhador também expande, mesmo que de maneira limitada, sua compreensão sobre o

processo produtivo. Como indica Manfredi (1999) ao analisar o binômio qualificação/desqualificação, se tomarmos o trabalho no sentido ontológico, por mais alienado que ele possa parecer, há envolvimento de uma relação dialética entre sujeito e objeto. Isso porque, como lembra Gramsci (1991), mesmo que não exerça tal função, todo ser humano é um intelectual. Portanto, a execução do trabalho e a troca de informações com os demais trabalhadores podem trazer a possibilidade de uma apropriação crítica e criadora do conteúdo do trabalho. Essa possibilidade é percebida e valorizada, principalmente pelos operários da empresa B², que defendem o rodízio como reconhecimento de suas potencialidades e possibilidade de aprender mais, capacitando-se melhor para ascender a outros cargos na empresa ou fora dela.

CRITÉRIOS DE EMPREGABILIDADE NA INDÚSTRIA

Se tomarmos apenas a aparência do fenômeno pesquisado, seremos levados a pensar que o Ensino Médio, na atualidade, forneceria a todas as pessoas, independentemente de sua origem de classe, a base científico-tecnológica para o trabalho complexo, que estaria se sobrepondo ao trabalho simples na produção flexível. Assim, a conclusão desse nível de ensino estaria se tornando regra no mercado de trabalho devido às mudanças ocorridas na produção, que passariam a exigir profissionais com mais autonomia intelectual.

Ao investigar os critérios de empregabilidade nas indústrias pesquisadas, foi possível perceber que a assertiva descrita no parágrafo anterior é parcial. Como indica o referencial teórico utilizado, a produção flexível combina diferentes tipos de trabalho, dos mais simples aos mais sofisticados, e, portanto, traz demandas diferenciadas, e desiguais, de qualificação dos trabalhadores. As empresas combinam trabalhos mais simplificados a outros mais complexos para garantir lucratividade e a linha de produção, objeto de estudo deste trabalho, está estruturada de modo que operário realize um trabalho simples, repetitivo e mecanizado, para o qual não é necessária a formação específica.

Por isso, para esse nível de atuação, embora a conclusão do Ensino Médio seja o primeiro critério para a participação nos processos seletivos e possível contratação, isso não se dá devido à complexidade do trabalho realizado. Há indicativos de que tal exigência cumpra a função de limitar a quantidade de candidatos aos postos de trabalho e, com isso, minimizar os custos dos processos seletivos. Segundo a percepção dos entrevistados, passado esse primeiro funil, a experiência e o perfil comportamental são os elementos definidores da contratação. A linha de produção é por onde os trabalhadores ingressam nas duas empresas, mas almejam avanços no tipo de trabalho desempenhado, o que ocorre mediante processos seletivos internos. Essa expectativa de avanço permite às empresas contarem com profissionais capacitados para além do que exige sua função imediata e que, quando forem selecionados para outras funções, já conhecem as características do trabalho na linha e a filosofia da casa.

O segundo critério de empregabilidade relevante é a experiência prévia, considerada

²As duas empresas nas quais foi realizada a pesquisa estão identificadas por meio das letras A e B.

potencializadora do conhecimento técnico necessário para a execução do trabalho e, principalmente, do disciplinamento esperado. A ênfase na experiência, como via privilegiada para aquisição do conhecimento técnico, indica a permanência da relevância do tácito na linha de produção. Como demonstram Kuenzer, Abreu e Gomes (2007) e Kuenzer (2007), o conhecimento tácito não perde relevância na produção flexível, mas passa a exigir uma maior relação com o conhecimento científico, que é adquirido por meio da escolarização formal. Portanto, para o desenvolvimento desse tipo superior de conhecimento tácito, não basta a prática. Ele articula, dialeticamente, os saberes adquiridos na prática ao conhecimento científico, adquirido por meio de processos formativos formais. Nesse sentido, na produção flexível, embora a prevalência do tácito ou do científico responda à especificidade do trabalho nos diversos elos da cadeia produtiva, a competência laboral pode ser compreendida como “síntese entre corporeidade e intelectualidade” (KUENZER; ABREU; GOMES, 2007, p. 466).

A experiência também aparece de maneira relevante nas contribuições dos entrevistados como desenvolvidora de certo modo de ser. Isso indica que a dimensão subjetiva, principalmente a adaptabilidade ao ritmo e à organização do trabalho na linha de produção, tende a ser – como aponta Kuenzer em várias obras – mais importante do que a qualificação prévia do trabalhador.

É importante também destacar que, ao que indicam os dados coletados, é nas empresas menores, em postos mais precarizados, que o trabalhador desenvolve a experiência necessária para pleitear vagas nas empresas de ponta da cadeia produtiva. Possivelmente, configura-se, nas cadeias produtivas das quais as empresas pesquisadas fazem parte, o que Kuenzer (2007) explica por meio da categoria arranjos flexíveis de competências diferenciadas: a combinação de diversos tipos de trabalho, desde os mais densos em ciência e tecnologia, aos mais simples, de tal modo que se alcance o aumento da produtividade. Assim, numa mesma cadeia produtiva, convivem sistemas tecnologicamente mais complexos com processos de trabalho tradicionais, mais antigos, “como o trabalho domiciliar, familiar, artesanal e paternalista, [que deixam] de ser marginais e assumem um novo papel, passando a ser orgânicos e, portanto, fundamentais ao processo de acumulação” (KUENZER, 2007, p. 1167).

Se há espaço para todos os tipos de trabalho, há demandas diferenciadas de qualificação profissional. Porém, mesmo havendo expectativas diversas, há indicativos que, após a conclusão da Educação Básica (cuja exigência está generalizada em Curitiba e região), a formação inicial do trabalhador *em serviço* se dá em empresas localizadas em pontos menos dinâmicos da cadeia produtiva, o que o qualifica para os processos seletivos das empresas de ponta.

Em resumo, o Ensino Médio é requisito de ingresso para as empresas de menor porte que integram a cadeia produtiva, onde a experiência não é requisito; adquirida a experiência nessas empresas, os trabalhadores se qualificam para as empresas mais dinâmicas. Assim, o Ensino Médio é requisito mediato, e não imediato, para o ingresso nas empresas mais dinâmicas da cadeia, onde é decisiva a experiência; o Ensino Médio, nessas empresas, é ponto de corte nos processos seletivos.

Pode-se afirmar, a partir dessa análise, que há uma cadeia de qualificação profissional, que articula educação geral, formação profissional e experiência; o

Ensino Médio é o início dessa cadeia. Quanto mais se articulam essas dimensões e em níveis mais complexos, maiores as possibilidades de ingresso nas empresas mais dinâmicas da cadeia produtiva. Nessa cadeia, as empresas menos dinâmicas preparam os profissionais para as mais dinâmicas.

O terceiro critério de empregabilidade relevante é o que os entrevistados denominam *perfil comportamental*, que se expressa em termos como flexibilidade, adaptabilidade, pró-atividade e polivalência, demonstrando proximidade aos modelos de produção e gerenciamento do período pós-taylorista. Essa ênfase no perfil comportamental nos remete a Gramsci (1989, p. 396) quando indica que “novos métodos de trabalho estão indissolúvelmente ligados a um determinado modo de viver, de pensar e de sentir a vida”. Por isso, sempre que uma determinada forma de organizar a produção perde a hegemonia e outra vai se colocando em seu lugar, é preciso criar um “tipo novo de trabalhador e de homem”. É necessário quebrar a concepção de mundo anterior e, em seu lugar, construir, impor outra e a escola é um espaço privilegiado para isso. Nas palavras do autor, a “coerção deve ser sabiamente combinada com a persuasão e o consentimento” (GRAMSCI, 1989, p.405).

Aparentemente, teríamos uma contradição: se o trabalho é simples, com características próximas às exigidas pelo taylorismo-fordismo, como pode exigir um perfil comportamental mais próximo da organização flexível?

Ao que indicam os dados coletados, nas empresas nas quais foi realizada a pesquisa, não houve superação da organização taylorista-fordista, e sim sua adaptação a princípios da gestão do trabalho advindas da produção flexível.

A organização em equipes, responsabilizando os trabalhadores pelo controle de seu próprio trabalho, exigindo que cada operário observe a produção e sugira melhorias ao processo, implica em mais adesão do trabalhador à filosofia da empresa, embora não lhe confira níveis crescentes de conhecimento ou autonomia. Assim, embora o capitalismo sempre tenha buscado o disciplinamento da força de trabalho, na produção flexível ele assume papel prioritário.

Logo a seguir, aparece como critério de empregabilidade a posse de cursos de formação técnica de curta duração na grande área na qual o operário atuará. Estes favoreceriam a rápida aprendizagem dos aspectos técnicos do trabalho durante o treinamento inicial nas empresas.

Finalmente, embora em proporção reduzida, as características físicas do trabalhador também são apontadas como critério de empregabilidade. O risco do desenvolvimento de doenças laborais, possível motivador desse critério, reforça a percepção que o trabalho na linha continua sendo mecânico e repetitivo.

EXPECTATIVAS EM RELAÇÃO À ESCOLA NO QUE SE REFERE A CONHECIMENTOS E DISCIPLINAMENTO

Tendo em vista que, nas empresas pesquisadas, a exigência de conclusão do Ensino Médio para pleitear uma vaga na linha de produção não se põe pelo domínio de níveis mais avançados de conhecimentos científico-tecnológicos, buscamos compreender quais são, então, as expectativas relativas a esse nível de ensino.

Inicialmente, importa alertar que embora os sujeitos da pesquisa não considerem os conhecimentos que são o conteúdo do Ensino Médio relevantes para o trabalho, tal compreensão é limitada. Aparentemente, aqueles conteúdos citados por Cury (1998) como formativos – fundamentos da língua materna, da matemática e das ciências naturais e sociais, dentro de um processo de socialização escolar –, e que permitem a aprendizagem dos demais, não são reconhecidos como tendo importância. Isso não significa que eles não estejam presentes no dia a dia do trabalho, e sim, que já foram de tal forma incorporados em cada sujeito, que se constituíram numa *segunda natureza* (Saviani, 2003).

Além disso, embora não sejam reconhecidos pelos entrevistados, a capacidade de raciocínio e o pensamento abstrato aparecem em suas falas como habilidades desenvolvidas no decorrer da escolaridade e relevantes para o trabalho.

O fato de as contribuições do Ensino Médio serem pouco reconhecidas como necessárias ao trabalho realizado permite inferir, ainda, que para esses trabalhadores há uma clara diferenciação no que se refere às funções da escola básica e do ensino profissional. Os conhecimentos aprendidos no Ensino Médio seriam, nessa interpretação, *base para a vida e não para o trabalho*. Por outro lado, essa situação pode estar indicando que na atualidade o Ensino Médio passou a ser o nível de formação comum esperado para o trabalho simples.

Possivelmente, no senso comum, expresso pelos dados coletados, ainda esteja bastante presente a compreensão equivocada em relação ao Ensino Médio – integrado ou não à educação profissional – descrita por Ciavatta e Ramos (2011). Para as autoras, ainda não foi vencida a visão dual, segundo a qual o Ensino Médio tem função propedêutica e a profissionalização é um processo específico. Ou ainda, que o Ensino Médio integrado se constitua num tipo de educação compensatória. Como o trabalho na linha de produção não exige formação específica é possível inferir que os entrevistados não o percebiam como importante por estarem envolvidos por essa concepção dual.

Essa constatação evidencia a necessidade de intensificação da defesa da luta em prol da educação de qualidade para os que vivem do trabalho. A defesa da educação politécnica, no sentido defendido por Saviani (2003), precisará penetrar de maneira bastante expressiva nos debates com os trabalhadores em geral e, particularmente, com os educadores para que ela possa ser compreendida e se busque sua objetivação. Embora as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (Resolução CNE/CEB nº 2/2012) adotem o trabalho como princípio educativo, corre-se o risco da interpretação equivocada, tomando o trabalho apenas no sentido histórico – e não no ontológico – como referência. Essa compreensão equivocada pode favorecer a reedição da velha profissionalização, nos moldes da Lei nº 5692/71, sem favorecer a compreensão das bases do processo produtivo e, portanto, do modo como se organiza a sociedade capitalista.

Ainda no que se refere à relação entre o Ensino Médio e o trabalho realizado na linha de produção, os entrevistados assinalam que a conclusão desse nível contribui para o desenvolvimento de determinado perfil comportamental, desejado pelas empresas. São várias as referências ao papel da escola na aprendizagem da obediência, do

respeito à hierarquia e às normas, do desenvolvimento da vontade de aprender, da habilidade de trabalhar em grupo. Essas aprendizagens são relatadas como essenciais para o trabalho, indicando o tipo de disciplinamento esperado pelo setor produtivo na atualidade. É possível que a exigência da escolaridade de nível médio para a contratação indique a valorização da escola pelo capital, não tanto em termos de aquisição de conhecimentos, mas do desenvolvimento de um tipo específico de socialização, “incluindo o desenvolvimento de atributos como responsabilidade, disciplina, iniciativa” (INVERNIZZI, 2004, p. 120). Nesse sentido, a defesa, e mesmo a garantia, do acesso à escola pelas camadas mais pobres talvez seja defendida pela burguesia por se constituir em estratégia relevante para a conformação do tipo de homem e de trabalhador necessário à acumulação do capital na atualidade.

Embora o nível de escolaridade esteja se ampliando no Brasil, estudos mostram que os postos de trabalho oferecidos, principalmente às camadas mais pobres, são os de baixa remuneração e baixo conteúdo intelectual, mesmo que exijam a conclusão do Ensino Médio (RIBEIRO; NEDER, 2009); (POCHMANN, 2012). Também a Sinopse Estatística da Educação Básica (2012) demonstra que a maioria das matrículas de Ensino Médio está na modalidade não integrada à educação profissional. Tais pesquisas indicam que a educação geral, invertendo o papel que historicamente lhe coube – a preparação das elites dirigentes para o ingresso no Ensino Superior –, tem sido a modalidade à qual têm acesso os trabalhadores.

As insistentes referências dos entrevistados ao papel do Ensino Médio no desenvolvimento da subjetividade corroboram a posição de Kuenzer (2007). Ela alerta que a educação geral, quando oferecida de forma aligeirada e esvaziada, se transforma em genérica, não garantindo aos trabalhadores o acesso ao conhecimento científico-tecnológico. Com isso, não favorece a compreensão ampliada da realidade e a superação da ideologia dominante. Por outro lado, permite a formação de um contingente de trabalhadores com educação genérica, o que permite usos diversos pelo capital de acordo com as demandas do momento. Por isso, a educação geral é a mediação privilegiada para a formação de subjetividades flexíveis, razão pela qual a burguesia defende sua disponibilização para os que vivem do trabalho (KUENZER, 2007).

Destarte, a democratização do Ensino Médio – embora seja um avanço inquestionável – se não for acompanhada da devida qualidade, em vez de favorecer a superação do *status quo*, tende a reforçar a inclusão subordinada da classe trabalhadora aos ditames da acumulação flexível.

Como o saber é força produtiva crucial para as empresas na atualidade, sua disseminação é controlada. Em consequência, quanto mais precarizado for o posto de trabalho, mais precária será a educação oferecida (KUENZER, 2007) e também mais precarizado será o valor da força de trabalho. Segundo a autora, a acumulação flexível tem causado a inversão da histórica dualidade estrutural no sistema educacional brasileiro. A dualidade invertida se caracteriza pela oferta de educação geral – esvaziada – para os trabalhadores, e educação específica, de natureza científico-tecnológica e sócio-histórica, para os que executarão o trabalho intelectual (KUENZER, 2007, p. 1170). Desse modo, o conhecimento, estratégico para a constante inovação na produção, é negado ao trabalhador e permanece sob o controle do capital.

CONCLUSÃO: REFLETINDO SOBRE A FUNÇÃO DO ENSINO MÉDIO NA INSERÇÃO LABORAL DA CLASSE QUE VIVE DO TRABALHO

A pesquisa brevemente relatada neste texto objetivou uma reflexão sobre a função desempenhada pela conclusão do Ensino Médio na inserção no trabalho da classe que trabalhadora. A questão que direcionou a pesquisa foi se a conclusão do Ensino Médio favorece a inserção do trabalhador nas indústrias que se encontram na ponta mais dinâmica da cadeia produtiva. E, em caso positivo, que tipo de inserção é essa.

Com certeza, nas empresas pesquisadas, a conclusão do Ensino Médio é o mínimo exigido para participação nos processos seletivos para o emprego formal, indicando que ele favorece, sim, a inserção no trabalho.

No que se refere ao segundo questionamento, ou seja, que tipo de inserção no trabalho propicia a conclusão do Ensino Médio, é possível concluir que ele habilita os candidatos a concorrerem a vagas em funções nas quais o tipo de trabalho é bastante simples, o que nas empresas pesquisadas corresponde à linha de produção. Como o trabalho na linha é bastante simplificado, repetitivo e mecanizado, contradiz a ideia de que a exigência de conclusão do Ensino Médio, quando do recrutamento dos trabalhadores, se justifique pela complexificação do trabalho realizado pelo ser humano.

Com base no fato de o conhecimento ser estratégico para a constante inovação na produção – portanto, seu controle é vital para o capital –, e a partir dos dados coletados, é possível inferir que a conclusão do Ensino Médio se tornou, na atualidade, o que já indicava Kuenzer em 2007: a mediação privilegiada para formar um grande contingente de trabalhadores facilmente adaptáveis a várias modalidades de trabalho, contribuindo para a flexibilidade por meio da desqualificação. Isso porque o capital depende cada vez menos do trabalho qualificado e a educação geral viabiliza a participação em treinamentos com foco nas diversas ocupações em que o trabalhador será inserido ao longo de sua vida, nos diversos pontos da cadeia produtiva.

A ênfase na importância dos treinamentos iniciais na própria empresa reforça tal interpretação, já que para todos os entrevistados a participação nesses treinamentos é suficiente para que o operário execute seu trabalho com qualidade e de acordo com o padrão da empresa. Tanto no que se refere ao dia a dia da fábrica quanto à participação nos treinamentos, não há alusão à necessidade de conhecimentos mais elaborados, e sim, ao domínio de matemática básica, leitura, interpretação e escrita. Importa assinalar que a experiência prévia é citada e reiterada muitas vezes pelos operários como base para a participação nos treinamentos, assim como para a execução do trabalho. Por outro lado, ao mesmo tempo em que defendem o conhecimento advindo da experiência, os gestores de Recursos Humanos consideram que o trabalhador precisa ter determinado nível intelectual para ter sucesso nos treinamentos. Esse nível, segundo eles, é dado pelo Ensino Médio.

Importa citar que a busca por profissionais adequados à ideologia da empresa e que se adaptem ao trabalho na produção tem seu início já no processo de seleção e contratação, ganha força por meio dos treinamentos iniciais e se consolida na organização da produção e na qualificação para o trabalho, propiciada no interior de cada fábrica. No processo seletivo, as empresas buscam averiguar se o candidato

tem um perfil comportamental que indique facilidade para se adaptar à repetição e à mecanização de ações, assim como ao ritmo da linha de produção. Mas, como nas duas empresas existem vários tipos de progressão funcional interna, elas procuram também identificar pessoas que possam, com o tempo, assumir funções de mais responsabilidade e autonomia, para as quais o Ensino Médio é considerado essencial.

Embora o Ensino Médio seja condição *sine qua non* para ascensão na empresa, percebe-se que a participação nos treinamentos internos – que garantem a posse do *modo de fazer desejado* pelas empresas – é fator decisivo para tal, sobrepondo-se à qualificação obtida formalmente no sistema de ensino. Soma-se a isso o peso do tempo de trabalho na planta, demonstrando mais uma vez a importância da experiência como fomentadora do *saber fazer* e do *saber ser* desejados pelas empresas.

Até aqui, as conclusões apresentadas demonstram que, do ponto de vista do capital, o trabalho na linha de produção exige a conclusão do Ensino Médio, mas não por ele garantir o domínio científico do processo produtivo, e sim, por favorecer determinado disciplinamento e por potencializar a capacidade de absorção dos treinamentos internos. Indica, por outro lado, a intenção das empresas em aproveitar para outros cargos a mão de obra que já foi treinada nos aspectos técnicos e comportamentais, absorvendo sua filosofia. Também os trabalhadores têm consciência da possibilidade de alçar postos melhores por meio dos recrutamentos internos e a almejam. Como tais cargos geralmente implicam em níveis com mais responsabilidade e autonomia, podemos inferir que da escola de nível médio se espera o desenvolvimento dessas condições.

Para além dos interesses do capital, é necessário também indicar a valorização da educação formal pelos trabalhadores e sua importância para essa classe. São exemplos disso o esforço relatado por muitos operários para estudar – conciliando trabalho e escola –, assim como a sensação de vitória ao concluir a escolaridade básica. Embora não consigam estabelecer relações entre o trabalho executado e a maioria dos conhecimentos trabalhados no decorrer do Ensino Médio, as reiteradas referências à ampliação de possibilidades, propiciada pela escola, demonstra o reconhecimento, pelos trabalhadores, da importância da titulação oferecida pela educação formal.

O reconhecimento da importância da escola pelos trabalhadores nos leva a argumentar em prol da necessidade do avanço no sentido da qualidade do ensino por ela oferecida.

Se pretendemos evitar que os processos de escolarização dirigidos aos trabalhadores sejam esvaziados de conteúdos significativos, que levem ao desenvolvimento de níveis mais aprofundados de conhecimento, é preciso repensar seu projeto pedagógico de modo a corresponder às necessidades dos usuários – geralmente trabalhadores –, sem com isso incorrer na falácia de oferecer soluções muito mais certificatórias do que de real aprendizagem.

Por essa via de raciocínio, a escola – instituição tendencialmente a favor da manutenção do *status quo* –, contraditoriamente, pode contribuir para formação ampliada do trabalhador. Assegurar uma formação tecnológica aderente ao trabalho permitiria o desenvolvimento de um saber tácito mais integrado ao científico, ampliando as possibilidades de compressão do processo produtivo por parte dos operários (KUENZER; ABREU; GOMES, 2007). E com isso, contribuir, não apenas para a ascensão na empresa, mas, principalmente, para uma vida cidadã mais autônoma e crítica.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. MEC. **Sinopse Estatística da Educação Básica**, 2012. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 12 jun. 2013.
- BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1987.
- CIAVATTA, M.; RAMOS, M. Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil: dualidade e fragmentação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 5, n. 8, p. 27-41, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>. Acesso em: 26 maio 2013.
- CURY, C. R. J. O ensino médio no Brasil: histórico e perspectivas. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 27, p. 73-84, jul. 1998.
- GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- _____. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- INVERNIZZI, N. **Flexibles y disciplinados: los trabajadores brasileños frente a la reestructuración productiva**. Tradução de Adriana C. Álvarez. Ciudad del México, México: Universidad Autónoma de Zacatecas, 2004.
- KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- KUENZER, A; ABREU, C.; GOMES, C. A articulação entre conhecimento tácito e inovação tecnológica: a função mediadora da educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 12 n. 36, p. 462-549, set./dez. 2007.
- KUENZER, A. Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100 - Especial, p. 1153-1178, out. 2007. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 10 mar. 2012.
- KUENZER, A. (Org.) **Ensino Médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2000.
- LUKÁCS, G. **O trabalho**. Tradução de Ivo Tonet (Universidade Federal de Alagoas). Curitiba: UFPR, 2010. Título original: Il Lavoro. (Primeiro capítulo do segundo tomo de Per una Ontologia dell'Essere Sociale. Disponibilizado em meio eletrônico como material de estudo para a disciplina Seminário Especial Ontologia do Trabalho em Lukács: contribuições para a compreensão das relações entre trabalho e educação).
- MANFREDI, S. Trabalho, qualificação e competência profissional: das dimensões conceituais e políticas. **Educação e Sociedade**, v. 19, n. 64, p. 13-49, set. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73301998000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 ago. 2013.
- MELO, A. de. O projeto pedagógico da Confederação Nacional da Indústria para a educação básica nos anos 2000. 2010. 260 f. Tese (Doutorado em Educação e Trabalho) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, 2010.
- POCHMANN, M. Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo, 2012.
- OLIVEIRA, A. da R. **Marx e a exclusão**. Pelotas, RS: Seiva, 2004.
- RIBEIRO, R.; NEDER, H. Juventudes: desocupação, pobreza e escolaridade. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 19, n. 3, p. 475-506, set./dez. 2009.
- SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 8. ed. rev. ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

Data da submissão: 06/03/2016

Data da aprovação: 15/06/2016